

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

BHERNARDO JARDINI ALVES CORREA

O PATRIMONIALISMO NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Brasília

2018

BHERNARDO JARDINI ALVES CORREA

O PATRIMONIALISMO NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Monografia apresentada em conclusão ao curso de graduação de Ciência Política da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Nascimento

Brasília

2018

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo incentivo e apoio incondicional, que me permitiram sempre perseguir e alcançar meus objetivos.

Ao meu orientador, Professor Paulo César Nascimento, por ter me orientado em especial durante o processo de confecção dessa monografia. Sem o incentivo e ajuda dada não teria sido possível a construção desse trabalho.

Meus agradecimentos aos amigos, companheiros de trabalho e colegas que fizeram parte da minha formação ou que estiveram presentes nos momentos de crise e dificuldade.

Aos produtores de conteúdo que foram meus companheiros durante o demandante processo de confecção dessa monografia, com agradecimentos especiais aos membros dos sites *Jogabilidade* e *Overloadr*.

Por fim, a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação acadêmica, o meu muito obrigado.

*Todos os animais são iguais, mas alguns
animais são mais iguais que outros.*

George Orwell

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar de que maneira a formação da esfera política brasileira foi influenciada por estruturas e instituições eminentemente patrimonialistas, com a finalidade de concluir se o emprego do conceito de patrimonialismo é adequado para análises da sociedade brasileira. É uma revisão de literatura baseada nas obras existentes sobre o tema. O problema estudado foi saber se, a partir da literatura, a utilização do conceito de patrimonialismo encontra utilidade para análises de problemas contemporâneos enfrentados pela sociedade brasileira. Começando desde a proposição original da ideia de patrimonialismo por Max Weber e chegando até estudos sobre a relação entre empresas e o Estado Brasileiro após a década de 1990, a pesquisa realizada demonstra que, apesar de ser possível a utilização do conceito de patrimonialismo para analisar a dinâmica política brasileira, cuidados de contextualização históricos são necessários. Os resultados obtidos indicam que isso se deve principalmente à amplitude do conceito de Patrimonialismo desenvolvido por Weber e à tendência demonstrada pelos primeiros autores brasileiros que escreveram sobre o tema de enxergar as estruturas patrimonialistas portuguesa e brasileira como estáticas ao longo do tempo.

Palavras-chave: Brasil; sociedade; patrimonialismo; capitalismo

ABSTRACT

This study had the objective to analyze how the formation of the Brazilian political sphere was influenced by structures and institutions that are predominantly patrimonialist, in order to conclude whether the use of the concept of patrimonialism is adequate for the analysis of Brazilian society. It is a literature review based on existing works on the subject. The aim of the paper was to determine, based on the literature, whether the use of the concept of patrimonialism finds itself useful for analyzes of contemporary problems faced by Brazilian society. Starting from the original proposition of the idea of patrimonialism by Max Weber and reaching studies on the relation between companies and the Brazilian State after the 1990 decade, the research shows that, although it is possible to use the concept of patrimonialism to analyze the Brazilian political dynamics, historical contextual care is needed. The results indicate that this is mainly due to the amplitude of the concept of Patrimonialism developed by Weber and the tendency demonstrated by the first Brazilian authors who wrote on the theme of seeing the Portuguese and Brazilian patrimonial structures as static over time.

Keywords: Brazil; society; patrimonialism; capitalism

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 O CONCEITO DE PATRIMONIALISMO.....	11
3 A FORMAÇÃO DA ORDEM SOCIAL BRASILEIRA	15
3.1 SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA.....	15
3.2 OLIVEIRA VIANNA.....	16
3.3 RAIMUNDO FAORO	18
4 A CONSOLIDAÇÃO DO PATRIMONIALISMO NO BRASIL	22
4.1 ANTÔNIO PAIM	22
4.2 JESSÉ SOUZA	26
5 O PATRIMONIALISMO NA CONTEMPORANEIDADE.....	29
6 CONCLUSÃO.....	32
BIBLIOGRAFIA	34

1 INTRODUÇÃO

Patrimonialismo é, de maneira geral e pouco aprofundada, um termo empregado com o intuito de descrever a dificuldade ou completa inaptidão, por parte dos líderes políticos, de distinguir entre aquilo que é considerado patrimônio público e aquilo que é considerado patrimônio privado dentro de um governo ou em alguma determinada sociedade. No interior de tal contexto, os governantes tendem a enxergar o aparato estatal como seu patrimônio próprio, configurando uma completa desorientação para definir o que é público e o que é privado, contexto este que teria prevalecido nos Estados Absolutistas.

A partir do advento da administração pública moderna, principalmente após o período revolucionário francês, os valores morais de caráter republicano e democrático passaram a forçar de maneira rápida e em intensidade crescente a criação e a instalação de uma gerência pública profissionalizada, que aplicasse procedimentos com o objetivo de atender e cumprir fundamentos constitucionais como publicidade, isonomia, igualdade, etc. A presença de estruturas patrimonialistas, no entanto, se apresenta ainda muito influente no mundo contemporâneo, e embora isso possa variar de acordo com o processo histórico vivenciado por cada país, estado ou município, com diferentes intensidades e efeitos, ainda é possível identificar sua presença e suas consequências.

O objetivo deste trabalho, portanto, será avaliar de que forma foi aplicada a categoria de Estado Patrimonialista na realidade brasileira, procurando descobrir de que maneira a formação do capitalismo brasileiro foi influenciada por ela ou mesmo se os conceitos e definições tradicionais podem ser úteis para explicar ou para trazer soluções para problemas e questões contemporâneas. Será realizada para esse fim uma revisão da bibliografia sobre o tema.

O presente trabalho se justifica devido ao fato do patrimonialismo, principalmente quando consideramos as particularidades por ele adquiridas no contexto brasileiro, apresentar um caráter pouco ou nada estático. Ele reage a desenvolvimentos históricos diferentes e dessa forma vai se adaptando ao longo do tempo. Se resiste às transformações e revoluções modernas, não é através de reminiscências velhas e tradicionais de nossa história, mas sim como utilidade e conveniência efetivas e vivas do tempo presente. O que ficou claro quando todos os holofotes passaram a focar a Operação Lava Jato e outras investigações relacionadas à corrupção, é que existe no Brasil uma corpulenta articulação entre aqueles que controlam o poder político e aqueles que detêm o poder econômico. O que observamos no contexto brasileiro é,

aparentemente, um patrimonialismo atualizado, sustentado por grupos poderosos que possuem o domínio sobre o ambiente brasileiro vigente. Ademais, é importante que se aprofunde na ciência política brasileira o estudo das origens e das particularidades da identidade nacional que abrangem a formação do capitalismo brasileiro e o influenciam até a contemporaneidade.

A hipótese do trabalho é que a formação do capitalismo brasileiro contemporâneo tem como um dos fatores explicativos a presença e a influência sempre constante do patrimonialismo nas instituições e nas próprias relações do Estado brasileiro. A fim de testar a hipótese, a metodologia utilizada nesse trabalho é composta por pesquisas bibliográficas, que foram utilizadas para fundamentar teoricamente o estudo, de forma a compreender o papel exercido pelo patrimonialismo dentro do contexto de formação da sociedade brasileira, especificamente seu sistema econômico. Para tal, foram utilizadas fontes primárias e secundárias. As fontes primárias utilizadas foram principalmente as análises e teorias desenvolvidas por Raimundo Faoro sobre o estamento burocrático brasileiro, a análise de Sérgio Lazzarini da dinâmica capitalista brasileira, e os trabalhos de Antônio Paim. As fontes secundárias utilizadas foram as obras de acadêmicos e suas revisões e interpretações sobre o patrimonialismo e a identidade nacional brasileira, assim como trabalhos que avaliam e interpretam as teorias sobre o nacionalismo.

Ao todo o desenvolvimento da monografia possuirá quatro seções. A segunda seção do trabalho abordará a formação e o conceito de patrimonialismo. Tratará principalmente das teorias de Max Weber acerca de dominação, especificamente do tipo tradicional, com o objetivo de encaixar o patrimonialismo nessa definição.

A terceira seção abordará o contexto histórico da formação brasileira, apresentando uma procura por qualidades mais características das estruturas de nossos modelos jurídico, político e econômico, com o objetivo de ilustrar em nossas formações cultural e institucional o surgimento do patrimonialismo estatal e de suas conexões com o povo brasileiro. Tratará principalmente das análises produzidas por Raimundo Faoro em “Os Donos do Poder”, por Sérgio Buarque de Holanda em “Raízes do Brasil”, e por Oliveira Vianna em “Instituições Políticas Brasileiras”.

A quarta seção tratará do processo de consolidação da ideia e da aplicação do patrimonialismo nas instituições e na sociedade brasileiras ao longo do tempo, bem como da consolidação também da leitura e da utilização do patrimonialismo na literatura brasileira. Se baseará principalmente nas análises produzidas por Antônio Paim em suas obras *Momentos Decisivos da História do Brasil* e *O Patrimonialismo Brasileiro em Foco*, que tocam ao tema

do patrimonialismo no Brasil, e também da obra *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*, produzida por Jessé Souza.

A quinta seção por sua vez buscará trazer a análise para a contemporaneidade, tendo como base não somente o arcabouço bibliográfico construído nos capítulos anteriores, mas também a abordagem produzida por Sérgio Lazzarini da dinâmica capitalista brasileira em sua obra *Capitalismo de Laços*.

2 O CONCEITO DE PATRIMONIALISMO

Com o intuito de discutir nos capítulos seguintes deste trabalho de que forma outros autores aplicaram o conceito de patrimonialismo à realidade brasileira para desenvolver suas análises, o propósito deste capítulo será apresentar a arcabouço teórico desenvolvido por Max Weber que leva à ideia de patrimonialismo e sua consequente classificação enquanto forma de dominação tradicional. Serão apresentados alguns conceitos utilizados pelo autor alemão, tais quais poder e dominação, para que se possa embasar teoricamente as discussões a serem levantadas nos próximos capítulos.

O primeiro conceito a ser tratado será o de poder. Para Weber, poder seria a probabilidade que um indivíduo ou agente dentro de uma ordem social tem de forçar seus interesses sobre outros atores mesmo que isso seja contra a vontade destes. Neste sentido, poder se apresenta como uma relação social que denota a existência de uma desigualdade que permite a imposição dos desejos de um agente sobre outro. Importante notar que esse agente não precisa ser necessariamente um indivíduo, já que grupos como o Estado ou uma elite dominante podem funcionar como atores em uma relação de poder inserida na ordem social (ARON, 2008).

Já a dominação se diferencia do poder por prever em sua caracterização uma relação de obediência, podendo ser definida, portanto, como a probabilidade que aquele que manda tenha suas ordens obedecidas. Essa obediência se dá através do reconhecimento das ordens por parte daqueles que obedecem como legítimas, diferentemente do que acontece com o uso do poder, onde não necessariamente encontra-se legitimidade na imposição de ordens e tão pouco a obediência é apresentada como um dever (ARON, 2008).

O Estado, por exemplo, é um grupo de pessoas que, dentro dos limites de um território específico, detém a legitimidade para coagir e nenhum outro membro ou organização presente na sociedade goza deste mesmo direito. O conhecido uso legítimo da força. Esse elemento de legitimidade vem justamente do fato das pessoas presentes nesse território se submeterem à autoridade postulada por aqueles que dominam (WEBER, 2011).

Essa definição de dominação nos leva então à pergunta de porque as pessoas consideram legítima a dominação? Porque reconhecem a autoridade naquele ou naquilo que manda e decidem obedecer? A resposta para esses questionamentos nos leva então à nomenclatura utilizada por Weber para categorizar esse conceito e explicar as razões internas às ordens sociais que levam à justificação da dominação.

O modo como se mantêm a dominância sobre indivíduos tem então três justificativas principais para sua legitimação: a carismática, a racional-legal, e a tradicional. A dominação carismática é baseada em devoção e sentimentos afetivos que os dominados nutrem pelo agente dominante. Esse tipo de obediência se sustenta em características e qualidades pessoais dos dominadores, transmitidas ao longo do tempo para os dominados até o ponto em que o reconhecimento alcançado pelo indivíduo se transforme em deveres que devem ser seguidos e cumpridos pelos governados. Não há tampouco formas de sucessão ou cessão de poder, tornando relações baseadas nesse tipo de dominação mais instáveis do que em outros tipos (WEBER, 2011).

A dominação racional-legal é construída em cima da convicção de que a ordem estabelecida, os títulos e cargos existentes possuem legalidade. É uma relação de dominação calcada na crença de que o estatuto legal vigente é baseado em regras estabelecidas de maneira racional que serviriam de base para o reconhecimento da autoridade e da obediência por parte dos dominados (WEBER, 2011).

Por fim temos a dominação tradicional. Nesse tipo de dominação, a legitimidade da obediência vem através da autoridade dos costumes, enraizados na visão de mundo dos dominados depois de muito tempo através dos hábitos repetidos por todos, dando às relações de dominação uma validade imemorable. (WEBER,2011). Para nossa análise, a dominação tradicional será importante pois Weber identificava dois subtipos principais de dominação dentro do tipo tradicional, o feudalismo e o patrimonialismo, sendo este último o foco desse trabalho.

Antes de focarmos nas subclassificações de dominação tradicional, no entanto, é oportuno fazer uma explicação sobre o pensamento de Weber. Os tipos de dominação são o que o autor alemão chama de tipos ideais. Para ele:

Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isolados dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de formar um quadro homogêneo de pensamento (WEBER, 1999, p.106).

Ou seja, tipos ideais são uma espécie de constructo produzido pelo pesquisador para evidenciar em seu trabalho quais são os aspectos e características do objeto em questão escolhido para estudo. Por serem então resultado de condições individualizantes e focadas, os

tipos ideais não apresentam a realidade efetivamente da maneira como ela é. Exatamente por isso, no caso da tipologia de dominações, não se encontram na realidade um único tipo de dominação sendo aplicado e utilizado de maneira isolada e perfeita. As relações de dominação na verdade se apresentam como uma mistura ou miscelânea das tipologias apresentadas.

Com isso claro, podemos voltar a focar nos subtipos de dominação tradicional. Weber destaca dois tipos principais de dominação tradicional: o feudalismo e o patrimonialismo. O feudalismo, ou feudalismo de vassalagem, como encontrado na Europa, era uma forma de dominação que trouxe os princípios para o que viria a ser o processo de modernização das estruturas tradicionais de dominação, ou seja, apresentava ainda que primitivamente a utilização de acordos políticos para fundamentar e legitimar o ordenamento de forças dentro da ordem social. Isso se deve ao fato de que o cargo e os poderes detidos pelo vassalo eram garantidos através de pactos bilaterais feitos com o suserano, fornecendo uma base de sustentação mais sólida do que a pura concessão de privilégios, traço claro do patrimonialismo, como veremos a seguir (PAIM, 2014).

O patrimonialismo é a forma de dominação em que é possível encontrar de forma mais característica a utilização de tradições imemoráveis como legitimação de poderes e da ordem social. Nele, a influência de regras racionalmente estabelecidas ou de uma dinâmica racional-legal é eclipsada pela justiça e pelo arbítrio do dominador e daqueles os quais ele concede privilégios, ou seja, seus funcionários. Quando uma ordem social é organizada politicamente na lógica patrimonialista, a diferenciação entre público e privado geralmente deixa de existir e, mesmo quando está presente de alguma forma, ela se torna condicionada aos arbítrios do dominador. Dessa forma, passa a ser difícil discernir se assuntos, patrimônios, direitos e atribuições são públicos ou privados, já que as duas instâncias passam a se confundir (PAIM, 2014).

Também importante diferenciação entre feudalismo e patrimonialismo se dá na forma com que ambas as lógicas de dominação tratam as funções administrativas da sua ordem social. O feudalismo reduz ao mínimo necessário suas estruturas administrativas no sentido de que só é interessante para o sistema se aproximar dos súditos enquanto isso seja positivo para as preferências econômicas do dominador. Já no Patrimonialismo, existe uma constante busca por novos papéis a serem desempenhados pelos agentes detentores do poder para que isso gere uma majoração de sua autoridade e domínio, levando a uma consequente oferta de postos, cargos e regalias adicionais para aqueles os servem (PAIM, 2014).

O que se observou na Europa através da história foram, de maneira geral, estados feudais e patrimoniais que com o passar do tempo transformaram suas estruturas de dominação tradicional, sejam elas patrimoniais ou feudais, em ordens baseadas na lógica racional-legal de dominação, principalmente devido à ascensão do capitalismo. O que se pretende nos capítulos a seguir é, através da interpretação dada por outros autores da formação da ordem social brasileira e do seu posterior desenvolvimento, observar qual a influência que estas formas de dominação tradicionais tiveram na formação da mesma, seja através de características herdadas da lógica de dominação portuguesa na época da colônia ou de elementos novos surgidos já na dinâmica política brasileira.

3 A FORMAÇÃO DA ORDEM SOCIAL BRASILEIRA

Considerando o patrimonialismo como um preceito deixado pelos textos e ideias de Max Weber, é possível notar que ele esteve presente em grande parte dos pensamentos políticos brasileiros ao longo da história, principalmente em relação ao momento de composição das instituições de nosso país, procurando demonstrar de que forma surgiu o patrimonialismo estatal e a influência por ele exercida sobre o povo brasileiro.

Tendo isso em mente, o objetivo deste capítulo será discutir elementos formadores da identidade e da ordem social brasileiras a partir das primeiras análises realizadas sobre o assunto existentes na literatura sobre o tema. Será dado foco aos pensamentos de Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Vianna e, principalmente, Raimundo Faoro, no que tange aos elementos constituintes da dinâmica política brasileira, pontuando sempre o papel e a influência que os autores atribuem à presença do patrimonialismo dentro desse processo de formação.

3.1 SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Dentre os trabalhos que focam na formação das instituições brasileiras, o primeiro caso notório a se analisar é o de Sérgio Buarque de Holanda. O autor utiliza de metodologias ligadas à psicologia e à história para demonstrar que, durante o processo de colonização, a cultura brasileira absorveu aspectos que levaram ao surgimento de formas e estruturas institucionais fortemente caracterizadas por um caráter de submissão à autoridade, elementos patriarcais e pela clara manifestação de um desdém pelas matérias relacionadas ao meio público.

Para Buarque de Holanda, os integrantes do grupo que detém o poder no Brasil enfrentam dificuldade em entender a diferença entre o que é devido à esfera pública e o que é devido à esfera privada dentro da dinâmica política. No país, estariam presentes demasiadas características que iriam de encontro à existência de um Estado Burocrático autêntico. Aqueles que detêm o poder, frutos de um ambiente que favorece o surgimento de visões de mundo patriarcais e patrimonialistas, acabam por tomar a gestão pública como assunto próprio e particular, e os cargos e regalias oferecidos pelo Estado como um direito individual, ao passo que aqueles responsáveis por escolher as pessoas para ocupar cargos públicos, julgavam os

candidatos baseados em familiaridade pessoal e não em capacidades individuais (BUARQUE DE HOLANDA, 1995).

Na visão do autor paulistano, o surgimento de um Estado decorre justamente da substituição, dentro de uma sociedade, de relações estritamente particulares pela primazia de características e preocupações eminentemente públicas e coletivas. Seria necessário, portanto, superar a ordem social baseada na família e no ambiente doméstico para que um indivíduo fosse convertido em um cidadão (BUARQUE DE HOLANDA, 1995). A maioria dos países desenvolvidos passou por essa transição de foco no privado para o coletivo, principalmente com o avanço do capitalismo. O Brasil e o povo brasileiro não teriam, portanto, passado por esse momento de formação de uma estância pública autônoma, fazendo com que a dinâmica política brasileira ficasse fortemente enraizada por relações tradicionais nas quais imperavam os laços familiares.

A parte do pensamento de Buarque de Holanda fundamental para este trabalho é justamente a particularidade existente no Brasil da pessoa pública que, formada e desenvolvida em um ambiente que favorece o surgimento de uma visão de mundo fortemente influenciada por preceitos familiares e patriarcais, vai procurar levar para suas funções na esfera pública estas convicções aprendidas no âmbito privado. Desta forma, o Brasil vai apenas de maneira esporádica conhecer a existência de servidores que exercem sua função baseados em valores públicos ou coletivos. De maneira inversa, o que se observa na história brasileira é justamente uma constante primazia de interesses particulares que, calcados em ambientes externos à esfera pública, vão sempre condicionar a dinâmica política a eles, mesmo quando se intenta construir uma democracia (BUARQUE DE HOLANDA, 1995).

3.2 OLIVEIRA VIANNA

O próximo autor que analisaremos e que também se preocupou com o complicado elo entre as esferas pública e privada no contexto brasileiro é Oliveira Vianna. O autor, apesar de ser advogado de formação, utilizou em suas análises um método que favorece a investigação da utilização de elementos culturais e de conduta social na aplicação do direito público brasileiro, não ficando preso às metodologias de caráter sistemático das leis, tão características da área jurídica. Para ele, só seria possível compreender as mazelas inerentes a uma sociedade

se fossem analisadas as influências exercidas pelos princípios culturais durante seu processo de desenvolvimento.

Vianna tem em sua obra alguns princípios sustentadores de suas análises. Primeiro, há o fato de que o direito público ao qual estava sujeita a vida política do povo brasileiro, criado pelos membros das elites e efetivado na constituição, encontrava-se constantemente em conflito com o direito e as regras criadas e utilizadas de fato pelas massas, sendo que nesses momentos de divergências, em geral prevalecia a prática do povo. Dado isso, o segundo princípio básico da análise do autor se refere ao fato de que toda a história política brasileira pode ser caracterizada como um conflito entre o empenho pouco efetivo aplicado pelas elites de tentar fazer com que o povo passasse a agir conforme as regras e instituições estabelecidas pelo direito elaborado por elas, e a resistência desse povo, que desconhecia ou mesmo rejeitava a obediências a essas regras (VIANNA, 1999).

Estudando a colonização brasileira, o autor fluminense percebeu que a formação e consolidação da mesma foi fundamentalmente organizada pela Metrópole Portuguesa através de um empenho do Estado que nada teve em comum com um espontâneo processo de associação de pessoas. Os habitantes eram reunidos de maneira forçada em micro agrupamentos denominados vilas sob o julgo de capitães e coronéis arbitrariamente escolhidos, o que impedia que qualquer coisa parecida com um vínculo entre essas diferentes aglomerações populacionais pudesse surgir, levando conseqüentemente ao desenvolvimento de uma sociedade espalhada e pouco articulada. Esse ambiente também favorecia o aparecimento de comunidades usualmente restritas à família. Todos esses elementos fizeram com que essas porções de habitação se desenvolvessem em populações apartadas de uma visão de mundo que incluísse elementos de coletividade, originando pessoas com visão de mundo extremamente individualista. A consequência resultante seria a complexidade que esses indivíduos viriam a encontrar para diferenciar público e privado quando da ação política (VIANNA, 1999).

Estes agrupamentos locais, unido por relações tradicionais e visões de mundo de caráter individualista, formavam de fato clãs, pequenos grupos que, ao estender-se para a arena política, transformavam-se em influenciadores diretos na tomada de decisão e na efetividade da vida política dessas comunidades locais. A evolução disso, quando já no período em que existiam eleições no país, foi que esses clãs se transmutaram em cabos eleitorais e começaram a se unir para que fosse possível a eles conseguir os votos exigidos para permitir exercer o controle do Estado. Esses clãs eleitorais seriam, para Vianna, a fonte dos partidos políticos

brasileiros (divididos à época em Liberais e Conservadores), que com o tempo se expandiram para escala nacional. O caráter patrimonialista da sociedade, para o autor, vem então do fato de que esses clãs ou partidos locais, onde era impossível florescer a coletividade, eram originados a partir de ambições e vontades pessoais, não havendo qualquer preocupação com o coletivo. Isso foi levado das esferas locais até o nacional utilizando os recursos de aliciamento do Estado, tais quais a nomeações para postos e a conferência de benefícios, para garantir controle das eleições (VIANNA, 1999).

O resultado da análise de Vianna, portanto, é uma realidade na qual a interação baseada em solidariedade existente entre os clãs locais infectou os partidos políticos antes mesmo de eles se formarem, fazendo com que somente fosse possível existir na esfera pública uma atuação baseada em interesses eminentemente privados, ainda que fossem utilizados os recursos e as instituições públicas para tal.

3.3 RAIMUNDO FAORO

Por último neste capítulo, mas com certeza com não menos importância, nos voltaremos para aquele que talvez seja o arcabouço teórico mais rebuscado e polido sobre a influência do patrimonialismo na formação da sociedade, da cultura e da identidade política brasileira. Para Raimundo Faoro, era possível desvendar os motivos para a existência dos problemas políticos e sociais do Brasil ao se analisar seu desenvolvimento histórico e, mais especificamente, o período colonial de nosso país. O autor faz um exame da sustentação patrimonialista herdada do Estado Português, que foi completamente exportada para a colônia através do aparato administrativo e burocrático após o descobrimento, tendo sido fortalecida com a vinda da Coroa Portuguesa. Estes preceitos institucionais, segundo Faoro, formaram o padrão através do qual foram construídos a Independência, o império e a república, sempre tendo o patrimonialismo como elemento mais acentuado.

Analisando a história do Estado Português, Faoro aponta que sua principal singularidade no que se refere à forma de estruturação era justamente o fato de que os recursos públicos não conseguiam ser completamente diferenciados daquilo que era considerado como patrimônio privado daqueles que governavam. Tudo, público ou privado, fazia parte de um grupo de propriedades que tinha sob o arbítrio do governante a sua oferta e viabilização, tanto efetiva quanto jurídica. Em outras palavras, dentro de um balanço de pagamentos do príncipe,

gastos familiares e serviços de utilidade geral não eram de maneira alguma discriminados (FAORO, 1996).

Faoro vai argumentar que nem no Brasil nem em Portugal nunca estiveram presentes os elementos necessários para caracterizar a existência de uma estrutura feudalista. Muito pelo contrário, já que as estruturas sociais presentes nestes dois locais eram caracterizadas por constante interferência do Estado nos assuntos das pessoas. Essa estrutura social, originária de Portugal e herdada pelo Brasil, era organizada sob um patrimonialismo gerenciado pelo arbítrio do governante, que detinha em suas mãos um corpo de funcionários que tomavam conta das instituições estatais e as usavam para se beneficiar de maneira individual. Essas pessoas responsáveis por gerenciar os assuntos oficiais compunham o que Faoro denomina de Estamento Burocrático, grupo de elite que, ao utilizar o cargo burocrático como elemento de distinção social, conseguia gerenciar e conduzir a esfera pública.

O estamento descrito por Faoro seria uma estrutura de ordenação social fundada e baseada na estratificação, o que possibilitaria a dispersão de relações de dominação por toda a composição social, conseqüentemente levando a um processo que força sobre a conduta alheia uma vontade ou interesse específico (FAORO, 1996).

Os estamentos se diferenciam de uma sociedade construída em cima de classes sociais pois, enquanto estas são baseadas na distribuição de grupos reunidos em torno de interesses econômicos, aqueles são fundamentados de acordo com a condição que os indivíduos ocupam dentro da hierarquia social. Os estamentos também se mostram como um corpo social fechado, que tenta ao máximo barrar a entrada de outras pessoas para se opor ao compartilhamento do poder centralizado, enquanto as classes sociais não impedem a entrada de outros indivíduos, conquanto estes apresentem interesse pelo elemento econômico dominante no grupo. Utilizando-se da desigualdade social para reivindicar benefícios práticos e espirituais com o intuito de garantir sua situação de dominância na sociedade, o estamento é, portanto, um grupo de indivíduos organizados definido pela forma através da qual eles se relacionam com o Estado (CAMPANTE, 2003).

Na situação brasileira, destoando em parte da ideia originalmente concebida por Weber de um patrimonialismo descentralizado devido ao fracionamento do poder do senhor territorial com seus súditos e familiares, o que Faoro identifica na realidade brasileira é um modelo misto de patrimonialismo. Para ele, o elemento patrimonialista existente na formação das instituições brasileiras tem um caráter extremamente centralizador. Seja a simples escolha de ocupantes de

funções burocráticas, seja a gerência dos mais importantes temas econômicos, tudo era responsabilidade do Estado, que exercia algum tipo de influência em basicamente todos os âmbitos da organização social e da vida da população.

Faoro coloca que até mesmo anteriormente ao processo de estruturação de agrupamentos coloniais que pudessem ser chamados de vilas, previamente ao surgimento da dominação patronal rural através de coronéis e influências regionais, já existia na parte interiorana do país uma estrutura de cartórios que possibilitavam o registro, a gerência e a inspeção do que era produzido. Desde este ponto os donos de terra não detinham a possibilidade de definir livremente seu tipo de atividade produtiva, já que os donatários das capitâneas estavam sempre sob o olho e a responsabilidade da coroa portuguesa (FAORO, 1996).

O motivo principal pelo qual Faoro destaca a forma através da qual o patrimonialismo existente no Brasil é bastante centralizador é devido à conseqüente minoração da resistência que a sociedade civil é capaz de exercer sobre os poderes e arbítrios homogêneos do Estado aqui desenvolvido. O autor repetidamente apresenta o povo brasileiro como uma entidade incapaz de se articular ou agir de maneira ativa na arena política, impossibilitando a colocação de contrapontos às ordens de caráter autoritário executadas pelos governantes. Isto demonstra como Faoro considera os indivíduos brasileiros agentes políticos extremamente passivos, fortemente submetido à ação do Estado, tanto na esfera privada quanto aos mandos e desmandos no que se refere à sociedade como um todo.

A estrutura social assumida por um coletivo de indivíduos é um dos elementos mais importantes na definição de sua identidade nacional. Por este motivo, uma organização social que impede o surgimento e o desenvolvimento de liberdades políticas vai, invariavelmente, influenciar também o aparecimento e o afloramento de liberdades econômicas, e sendo necessário a presença de classes para que isso ocorra, a existência de um estamento vai, conseqüentemente, impedir que um ambiente liberal e democrático possa progredir e se estabelecer efetivamente através de um Estado de Direito que defina claramente o que é devido ao público e o que é reservado ao privado. Não havendo liberdade civil, o que se encontra é uma elite lutando por sua sobrevivência através do aproveitamento estrutural das instituições estatais, constituindo uma sociedade calcada no aliciamento dos interesses coletivos pelas vontades privadas do estamento. Público e privado são fundidos em apenas um poder central que emana do grupo de indivíduos que dispõe do poder de governar (FAORO, 1993).

A utilização da ideia e do conceito de patrimonialismo importada das análises e do pensamento de Max Weber assumiu na literatura brasileira diferentes modelos e proposições, não se limitando aos autores aqui analisados. Após Buarque de Holanda, Vianna e Faoro, vários foram os estudiosos que se voltaram para o exame da influência patrimonialista na gerência dos assuntos públicos no Brasil, muitas vezes fazendo críticas e reinterpretações aos autores utilizados neste capítulo, motivo pelo qual o próximo capítulo, sobre a consolidação do patrimonialismo na literatura brasileira, trará críticas principalmente ao pensamento político de Raimundo Faoro.

4 A CONSOLIDAÇÃO DO PATRIMONIALISMO NO BRASIL

No capítulo anterior nós focamos nossa análise nos pensamentos políticos de autores que se propuseram de maneira vanguardista a explicar a formação da sociedade e da identidade nacional brasileira através da presença e da influência de estruturas patrimoniais no processo de construção da sociedade brasileira. Com isso em mente, procuraremos apresentar dessa vez uma maior consolidação dos arcabouços teóricos da literatura brasileira no que tange a presença do patrimonialismo estatal em nosso país.

Utilizaremos, portanto, os estudos e pensamentos produzidos por Antônio Paim e Jessé Souza sobre tema, seja a partir de suas análises próprias da dinâmica política brasileira, seja com base em suas avaliações da literatura existente anteriormente sobre patrimonialismo, pontuando inclusive críticas a autores utilizados no capítulo anterior, como Raimundo Faoro. O objetivo será demonstrar como, segundo a literatura, o patrimonialismo se consolidou na organização social brasileira ao longo da história.

4.1 ANTÔNIO PAIM

Paim considera que o tipo de estrutura social que o patrimonialismo permite florescer é distinta da que se encontra na maior parte dos países ocidentais. Segundo ele, existem nestes estruturas e valores morais que permitem a sustentação de mecanismos representativos para garantir que o avanço trazido pelo capitalismo seja efetivamente aplicado e aproveitado pelas sociedades. Por outro lado, aqueles países que não foram capazes de ultrapassar as estruturas patrimonialistas apresentariam altos índices de pobreza em contradição com um grupo composto de burocratas que possui em suas mãos poder e controle sobre privilégios (PAIM, 2014).

Para o autor, embora o patrimonialismo seja uma estrutura fiscal de dominação ímpar e baseada na não distinção entre aquilo que se caracteriza como propriedade do príncipe e propriedade do Estado, ele também considera que é possível existirem elementos culturais que permitam a sobrevivência de um sistema patrimonialista através do apoderamento e desfrute dos recursos públicos por uma burocracia estatal, caso particular que Paim atribui à dinâmica social brasileira (PAIM, 2014).

Faoro, segundo Paim, merece grande reconhecimento por ter sido o primeiro a tentar entender a influência de relações de dominação tradicional na formação da sociedade brasileira tendo o pensamento de Max Weber como influência, ao invés de se limitar às metodologias positivistas e marxistas que dominavam as abordagens acadêmicas na época. O autor de *Donos do Poder*, no entanto, teria falhado em perceber como no Brasil o patrimonialismo teria assumido características que o permitiram se modernizar durante alguns períodos do processo histórico. Também perigoso no pensamento de Faoro seria a forma com que ele retira do processo de evolução do liberalismo qualquer coisa parecida com um sentido histórico no momento que faz suas críticas aos mecanismos de representação existentes no Império. Por fim, Paim também crítica o caráter universal e geral que Faoro dá à sua análise do Patrimonialismo estatal brasileiro, atrelando-o inexoravelmente ao nosso desenvolvimento ou apresentando-o como algo obrigatoriamente repudiável (PAIM, 2014).

Para Paim, elementos importantes que Faoro ignora quando constrói essa análise apresentada anteriormente foram a modernização e a mudança de mentalidade trazida à estrutura patrimonialista portuguesa por Pombal. Em *Donos do Poder*, as mudanças trazidas por Pombal são vistas apenas como uma tentativa de forçar modernização “de cima para baixo”, prejudicando conseqüentemente toda a análise posterior do próprio estamento português e do patrimonialismo brasileiro devido a essa incorreta caracterização da mentalidade do estamento lusitano (PAIM, 2014).

Tendo estabelecido que o Estado português se desenvolveu acumulando patrimônio rural que era confundido como propriedade da coroa, sendo que esta era também responsável por distribuir aos nobres os cargos de funcionários que atuavam como proprietários das terras, Faoro deixa claro como em Portugal não foi vivenciado o feudalismo, tendo existido somente a preponderância de um Estado Patrimonial. Este patrimonialismo formado durante a história lusitana teria levado ao surgimento de um estamento que demonstrava a burocracia como característica clara. Este ambiente de arbítrio impediria o pleno desenvolvimento de uma economia capitalista ou industrial, já que o único empreendimento econômico possível era aquele adotado e assumido pelo monarca. Segundo Faoro, essa estrutura teria sido herdada pelo Brasil quando da independência, e os mecanismos representativos existentes no Império seriam insuficientes para propiciar a modernização, já que tudo, desde a vida do povo até o comércio estava sob a sombra do estamento, sustentado pela instituição do poder moderador (PAIM, 2014).

O principal argumento utilizado por Faoro para criticar as instituições representativas do Império foi o baixo percentual de integrantes da massa que podiam participar das eleições como votantes, ignorando o fato de que inicialmente a ideia de liberalismo não incluía necessariamente a existência de democracia. O que via a realidade era que, enquanto de fato no campo era somente a classe proprietária das terras produtivas que conseguia se ver representada, nos centros urbanos, a introdução da ideia de “renda presumida” permitiu expandir a categoria de votantes para outros indivíduos e classes como funcionários civis e militares, portadores de diplomas científicos, membros da Igreja, entre outros. Este fato permitiu que surgisse dentro das instituições representativas o ideal liberal originado da representação destes centros urbanos. A conclusão crítica de Paim a Faoro nesse ponto é de que minimizar a importância da experiência representativa do Império serviria somente para tentar passar a ideia de que se poderia alcançar uma democracia através de soluções simples, como aplicação do pluripartidarismo e da eleição direta, enquanto o que prova os mecanismos representativos imperiais é justamente que a resistência à democracia na dinâmica política brasileira era muito mais complexa (PAIM, 2014).

Nas mãos de Faoro o conceito de Estado Patrimonialista weberiano tomou contornos de determinismo histórico, principalmente devido a utilização do conceito vazio e ambíguo de classe dominante. O principal problema seria em como *Os Donos do Poder* ignora um dos principais elementos característico do pensamento weberiano e justamente aquilo que o tornou realmente inovador, ou seja, não dá a devida atenção aos valores morais que baseiam a visão de mundo dos indivíduos e suas convicções teóricas (PAIM, 2014).

Paim também expõe sua opinião em relação às contribuições trazidas por Simon Schwartzman para o debate da aplicação da categoria do patrimonialismo na realidade brasileira, principalmente aquilo que ele chama de patrimonialismo modernizador, um modelo que dispunha de forte base social. Schwartzman argumenta que na dinâmica política brasileira, a identificação de laços precisos entre aqueles que governam e as decisões governamentais de fato apresenta dificuldades, além da difícil percepção da existência de conexões claras entre o povo e os grupos de pressão existentes e que conseguem ser representados na esfera política (PAIM, 2014).

Schwartzman continua seu argumento explicando que em nenhum momento existiu algum governo brasileiro que tenha se proposto a fazer mudanças significativas na maneira através da qual a distribuição e a posse de terra funcionam no país. Isso, no entanto, não

significaria inevitavelmente que estes governos eram totalmente controlados pelas elites rurais e agrárias, já que a influência destas na verdade foi decaindo ao longo da primeira metade do século XX. Também exemplo desta não confluência entre governantes e deliberações governamentais foram os rumos e decisões tomadas pelo governo a partir dos anos 1930. Deste período até os anos 1950, quando Juscelino Kubitschek ocupou o cargo de presidente, e também nas últimas décadas, decorreu-se no Brasil um forte e acentuado processo de industrialização, e mesmo assim não é possível dizer que os indivíduos representantes do setor industrial tenham “dominado” o governo. Por fim, Schwartzman também cita a pouca correspondência existente entre as instituições militares e as classes médias, ainda que aquelas tenham sempre estado presentes na esfera política brasileira (PAIM, 2014).

O que Schwartzman vai defender então é que a base social da estrutura patrimonialista existente no Brasil tem caráter marcadamente regional. Os principais pilares de sustentação deste patrimonialismo estariam localizados no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Nordeste. O Rio de Janeiro, que no século XIX poderia ser considerado como uma cidade pré-industrial, tinha uma economia baseada no funcionalismo e no comércio, bem como uma arena política caracterizada por tensões entre a nobreza local por um lado e os burocratas e comerciantes por outro, existindo esporádicas manifestações das classes populares (PAIM, 2014).

Minas Gerais e Nordeste, por outro lado, são definidas como regiões tradicionais, ou seja, localidades que detinham certo poder e influência econômica no passado, mas com o passar do tempo vieram a sofrer com uma derrocada social e econômica, legando como consequência clara a reminiscência da estrutura burocrática colonial. Já no Rio Grande do Sul, principalmente devido ao papel exercido pela região como fronteira militar, foi desenvolvido o positivismo combinando-se o militarismo local com a cultura boiadeira, além de se ter permitido o surgimento de uma oligarquia estadual forte e a instalação de uma ala importante e influente do exército brasileiro. Este caráter militar oligárquico do lugar foi o principal responsável pela constante presença dos grupos da região em momentos decisivos da esfera política brasileira, da queda do império aos gaúchos que exerceram o cargo de presidente durante a ditadura (PAIM, 2014).

O que Paim diz ter sido o objetivo de Schwartzman foi deixar claro que, apesar de se poder constatar a presença de elementos modernizadores nessas regiões citadas, o Estado era sempre uma presença forte, influente e constante. No Rio de Janeiro grande parte do mercado

de trabalho era formado pela máquina do governo, no Nordeste e em Minas a modernidade ficou isoladas em ilhas, envoltas pela burocracia oligárquica influenciada pela herança colonial, enquanto no Rio Grande do Sul as guarnições militares sempre foram responsáveis em grande parte pela manutenção dos núcleos locais de poder (PAIM, 2014).

Tendo em vista essas críticas, a conclusão a que Paim chega é de que não é possível considerar que a existência de influência patrimonialista em uma sociedade seja necessariamente sinônimo de impedimento para transição desta para um Estado Liberal de Direito. Isso porque, segundo o autor, é possível analisar o patrimonialismo através de uma visão que privilegia sua base moral, permitindo assim que se possa apresentar a realidade brasileira como um patrimonialismo restrito ao campo cultural. Seria possível perceber que a aplicação da ideia de Estado Patrimonial no Brasil se dá como um fenômeno cultural fortemente enraizado em uma sociedade que não parece ter nenhum desejo em contradizê-lo, vide os recentes resultados eleitorais do país e a popularidade das administrações do Partido dos Trabalhadores (PAIM, 2014).

4.2 JESSÉ SOUZA

Para iniciar uma comparação do uso do conceito de patrimonialismo empregado por Faoro com a ideia original desenvolvida no pensamento de Max Weber, Souza expõe que neste último, o patrimonialismo se apresenta como uma noção bastante ampla. Este incluiria dentro de si diversas maneiras de dominação que vão desde o sobrepujamento do patriarcalismo familiar até a formação dos Estados racionais modernos baseados em burocracias. Isso faz com que, conseqüentemente, a dominação patrimonial esteja de alguma forma presente em todos os tipos de sociedades tradicionais que tenham experimentado a utilização de um quadro burocrático no intermédio da convivência entre governantes e governados, tornando-se necessária a apresentação de claro contexto histórico para que o conceito de patrimonialismo não se torne completamente inútil e inoperacional no estudo pretendido (SOUZA, 2000).

Segundo Souza, é exatamente essa sensibilidade contextual histórica que falta à análise de Faoro. Este não se preocupa em apresentar na exposição de seu pensamento nenhuma das transformações ou mudanças históricas sofridas pela elite governante a qual ele denomina estamento burocrático, transmutando este grupo em uma presença inevitável e estática. Isso se deveria ao caráter teleológico que permeia o argumento de Faoro, advindo da prolongação do

uso da leitura que Joaquim Nabuco fez da grande força detida pelos funcionários públicos no Brasil durante o século XIX para períodos muito mais recentes (SOUZA, 2000).

Outra crítica à análise de Faoro feita por Souza está na maneira esquemática com a qual aquele enxerga o desenvolvimento ocidental. Sendo um liberal clássico, Faoro percebe a existência de um sistema econômico capitalista bem-sucedido como resultado inequívoco de uma sociedade formada antes do estabelecimento de um Estado, já que isto permitiria o desenvolvimento das liberdades econômicas e sociais necessárias para tal. Em contrapartida, as sociedades formadas aos moldes da portuguesa, ou seja, através de um imaturo processo de centralização e unificação do Estado não possibilitariam a existência das liberdades econômicas necessárias para o florescimento do capitalismo industrial (SOUZA, 2000).

O grande problema com essa premissa é que o único país que parece ter conseguido lograr a criação de um capitalismo bem-sucedido através da formação de uma sociedade anterior ao Estado foram os Estados Unidos da América, demonstrando que a regra defendida na visão de mundo predominante em *Os Donos do Poder* é na verdade uma exceção. Isso faz com que Faoro atribua a uma herança colonial recebida pelo Brasil na forma de um Estado que controla e limita os indivíduos toda a culpa por todos os problemas e mazelas existentes em nosso país (SOUZA, 2000).

Para Souza, essa visão teleológica de Faoro que sempre remete a princípios passados, estáticos e imutáveis faz com que ele atribua à dinâmicas políticas modernas características de categorias históricas a muito datadas ou então tente retroagir ideias modernas para explicar questões de séculos atrás. Isso implica em problemas como pensar que a apropriação de recursos públicos por indivíduos fosse aplicável no processo de formação da sociedade portuguesa, quando na verdade esse tipo de análise era impossibilitado pelo próprio fato de que esta apropriação era vista como adequada na consciência moral das pessoas da época (SOUZA, 2000).

O que se viu na realidade é que, ao invés de representar apenas uma troca de disfarces utilizados por um grupo dominante chamado de estamento, a vinda da família real para o Brasil trouxe grandes mudanças positivas e evoluções para a colônia. As inovações trazidas por D. João VI possibilitaram o aparecimento de um mercado capitalista primitivo através de decisões como abrir os portos, estimular a indústria e a economia monetária, além de construir na colônia as bases para um aparato estatal racional. Além disso ocorreram também evoluções em elementos coletivos como melhoramentos em mobilidade urbana, criação de universidades,

instituição da tipografia régia, estímulo às artes, etc. Junto a isso tudo, houve também a transformação dos valores morais, dos hábitos, das visões de mundo e dos comportamentos em um período bem rápido (SOUZA, 2000).

Souza conclui então que o principal motivo pelo qual não só Faoro mas também vários outros acadêmicos são tão apegados a essa visão “ahistórica” e estática do patrimonialismo eterno é o julgamento definitivo que estes fazem do papel do Estado em estimular a vida social como algo inerentemente proibitivo para o surgimento de formas de organização social emancipadoras. O que se observa na realidade, no entanto, é que com exceção dos EUA, todos os ambientes capitalistas viram o Estado como um elemento fundamental, mostrando ser pouco produtivo ou pouco explicativo atribuir a origem de todos os problemas brasileiros a simples presença do Estado (SOUZA, 2000).

5 O PATRIMONIALISMO NA CONTEMPORANEIDADE

Após passar, durante os últimos dois capítulos deste trabalho, pelos pensamentos de autores que utilizaram a ideia de patrimonialismo de maneira vanguardista, e também por autores que desenvolveram e enriqueceram esses pensamentos originais, vamos neste capítulo nos debruçar sobre a análise realizada por Sérgio Lazzarini em sua obra “*Capitalismo de Laços*”.

Lazzarini vai se empenhar em analisar o comportamento das redes de propriedades, isto é, a participação cruzada de acionistas dentro e entre as empresas, quando colocadas frente às transformações econômicas, sociais e políticas vivenciadas pela sociedade brasileira ao longo da década de 1990. O que ele identifica em seu estudo é a presença de conjuntos de proprietários que detêm participação nas mesmas empresas (definidos como aglomerações), e de atores de ligação que conectam esses diferentes conjuntos, construindo aquilo que o autor denomina de “*mundos pequenos*”. O autor também constata um aumento na importância e na influência exercida por grupos econômicos locais e por entidades e instituições relacionadas ao governo, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e fundos de pensão, dentro das redes de propriedade e na atividade econômica em si.

O autor define capitalismo de laços como uma rede de contatos, acordos, táticas e mecanismos de suporte que orbitam em volta de ambições, interesses e inclinações externadas por agentes políticos e econômicos. Seria uma construção teórica sustentada na utilização de relações para extrair oportunidades de mercado ou para tentar intervir no processo de tomada de decisão. O entendimento do conceito de laços proporcionada por Lazzarini é de relações sociais importantes, principalmente aqueles existentes entre agentes sociais com fim a um objetivo econômico. E tendo essas definições em mente, a tese principal do autor no livro é de que o Estado brasileiro nas últimas décadas não só reteve o seu forte papel centralizador na economia, como também utilizou a intensificação da atuação de aglomerações de proprietários no controle do capital acionário, bem como o surgimento de novos atores de ligação conectados ao governo, para aumentar a sua influência na esfera econômica (LAZZARINI, 2007).

Lazzarini também percebe e expressa em seu livro as características daquilo que parece ser um processo de encolhimento da participação de empresas estatais na criação de investimentos, ao mesmo tempo que ocorre um acréscimo na capacidade de intervenção do governo na economia. Entre os motivos apontadas para explicar isso, estão as decisões tomadas

pelo BNDES enquanto instituição central nos processos de privatização, além da utilização e envoltura dos fundos de pensão com o objetivo de proporcionar não somente preços melhores, mas também possibilitar a participação de diferentes agentes econômicos. Esse vínculo entre governo e capital privado foi acentuado durante o governo Lula, com grupos privados que, embora heterogêneos, eram apoiados e reforçados por outros grupos já bem relacionados e estabelecidos, sobressaindo-se por exemplo a Camargo Correa, Unibanco, Opportunity, Votorantim e Itaú (LAZZARINI, 2007).

Outro achado de Lazzarini é o fato de que embora exista em alguma medida, o lobby realizado por associações ou sindicatos patronais não é a conexão emprega-governo predominante no Brasil. Muito mais comum na verdade são relações clientelistas, nas quais são realizados contatos individuais de empresários diretamente aos agentes públicos. Isso pode ser evidenciado ao se analisar as conexões existentes entre os financiamentos de campanhas eleitorais que se sagraram vitoriosas e as vantagens e privilégios fornecidos às empresas financiadoras, tais como aprovação de regulação favorável, acesso a crédito facilitado, subsídios, etc (LAZZARINI, 2007).

Ao delinear a complexidade das redes de propriedade brasileiras, caracterizadas não apenas pela presença de aglomerações de proprietários, mas também pela atuação de grupos economicamente grandes controlando uma profusão de empresas em variados ramos e setores, Lazzarini coloca em debate o surgimento de tais moldes organizacionais, apesar de não trazer juntamente a isso qualquer posicionamento teórico ou explicativo sobre suas causas no país. A principal constatação, no entanto, é a configuração de uma rede de grupos, responsáveis por exercer o controle acionário das empresas. A presença desse fenômeno teria aumentado na década de 1990, frente às privatizações e às formações de consórcios (LAZZARINI, 2007).

Os grupos estrangeiros também participam dos ambientes gerados pelo capitalismo de laços no Brasil. Isso porque, além dos riscos provenientes da desnacionalização e da dependência tecnológica e de capital, as multinacionais também enfrentam incertezas advindas de alianças e acordos construídos no ambiente interno dos países-alvo. A globalização seria, portanto, um fenômeno no qual os agentes locais não podem ser considerados como passivos, obrigando toda multinacional com interesse em ingressar no mercado brasileiro a entender os laços desenvolvidos internamente dentro e entre os grupos e as aglomerações brasileiras. Exemplos citados pelo autor são a TIW, que não obteve sucesso em território nacional por não ter entendido o funcionamento do capitalismo de Laços, e a Nippon Steel, que logrou sucesso

devido ao fato do ambiente social japonês apresentar similaridades com a dinâmica existente no Brasil (LAZZARINI, 2007).

Por fim, Lazzarini faz também uma análise da explosão na quantidade de capital aberto no Brasil durante o período que começa no ano de 2003 e vai até 2007. Aconteceu no país um amplo processo de abertura de capital, principalmente nos setores de construção civil, manufatureiro e financeiro, com grande foco na chegada de investidores estrangeiros. Essa expansão de papéis na bolsa, no entanto, não alterou a estrutura do capitalismo de laços, já que foram mantidas a organização societária em formato de pirâmide, as transações nutridas por relações entre bancos e clientes, e a conexão entre membros de conselhos de administração de diferentes empresas (LAZZARINI, 2007).

O que é possível tirar do pensamento de Sérgio Lazzarini é justamente a forma através da qual o patrimonialismo brasileiro é um fenômeno capaz de evoluir e se transformar para garantir a sua sobrevivência frente a avanços modernizantes tanto sociais e políticos quanto econômicos. O patrimonialismo aqui já não é simplesmente uma estrutura comandada por uma elite que toma como privado os recursos públicos, mas sim um conjunto de práticas que convive com mudanças de caráter democráticas e liberalizantes ao mesmo tempo que favorece interesses específicos dentro desse ambiente. É fácil notar isso quando fica claro que, mesmo com o intenso processo de privatização vivido nos anos 1990 e a entrada de multinacionais no mercado brasileiro, a importância das relações pessoais dos proprietários de empresas tanto entre si quanto com agentes políticos se manteve a tal ponto que mesmo agentes internacionais não conseguiram penetrar na realidade brasileira sem se render a essa estrutura.

6 CONCLUSÃO

O conceito de patrimonialismo trazido por Weber é, no final das contas, um tipo ideal. Embora extremamente inovador ao trazer para o meio acadêmico o foco nos valores e nas morais quando da análise das ações dos agentes sociais, ainda assim é preciso sempre lembrar que dificilmente se encontram na realidade situações nas quais se possa aplicar de maneira completa e efetiva algo utilizado como recurso de análise apenas.

Surgem então as primeiras tentativas de aplicar a categoria do Estado Patrimonial à realidade brasileira, como foco especial ao pensamento de Raimundo Faoro e o caráter vanguardista de sua obra *Os Donos do Poder* no que tange à tentativa de explicar a realidade e a gênese das mazelas brasileiras utilizando tal conceito. O mesmo pode ser dito sobre as análises produzidas por Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda, utilizadas neste trabalho, mas também de tantos outros.

No entanto, até mesmo por serem considerados vanguarda neste caso, críticas aos pensamentos destes autores foram feitas e produzidas com o tempo, enriquecendo e ajudando a consolidar, se não de maneira definitiva, mas pelo menos de forma um pouco mais efetiva, o arcabouço teórico sobre o tema. Uma visão tão comum em autores liberais clássicos pode ser notada de maneira predominante nas obras destes autores de vanguarda, principalmente na análise produzida por Raimundo Faoro. A atribuição de responsabilidade por todo o atraso no desenvolvimento econômico brasileiro à simples presença do Estado, apesar de ser inovadora para os estudos acadêmicos brasileiros da época, hoje mostra-se por demasiado simplista e pouco útil para pensarmos tanto em explicações efetivas quanto em soluções práticas para os problemas mais contemporâneos.

A contribuição de Sérgio Lazzarini para o entendimento das relações entre empresas e governo no Brasil nas últimas décadas é muito importante pois deixa claro como é de extrema importância considerar, em qualquer trabalho ou análise que se intente realizar sobre a influência patrimonialista na sociedade e na esfera política brasileira, que o fenômeno do patrimonialismo brasileiro possui características que permitem modernização através de transformações ao longo do processo histórico. Tendo o patrimonialismo sobrevivido durante todo esse tempo, como Lazzarini consegue deixar claro ao demonstrar que as relações e conexões intrincadas entre empresas e governo demonstraram intenso aprofundamento, a despeito da adoção de políticas neoliberais na década de 1990, precisamos deixar claro que não

é possível utilizar definições e preceitos estáticos que pouco conseguem receber no que se refere a contexto histórico.

A confusão entre o que seria recurso público e o que seria recurso privado é sim algo presente nas dinâmicas econômica e políticas brasileira até hoje. A pontuação que devemos fazer para que possamos realizar análises realmente frutíferas de resultados, no entanto, é que é necessário considerar o patrimonialismo brasileiro como fenômeno cultural enraizado em nossa sociedade, que evolui, se adapta e molda novas estruturas conquanto acomoda novos interesses ingressantes na arena social. Em um momento político no qual todos os holofotes estão voltados sobre a Operação Lava-Jato, sendo bastante fácil perceber como no Brasil, estruturas burocráticas predominantemente racionais e efetivas, principalmente quando da relação do Estado com o mercado, existem de maneira limitada ou mesmo não estão presentes em alguns contextos, seria irresponsável tentar explicar a realidade brasileira através de aplicações tradicionais e pouco maleáveis de patrimonialismo.

BIBLIOGRAFIA

ARON, Raymond (2008). *As Etapas do Pensamento Sociológico*. Trad. de Sérgio Bath. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (1995). *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.

CAMPANTE, Rubens Goyatá (2003). “O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Vol. 46, nº 1, pp. 153-193.

FAORO, Raimundo (1993). “A aventura liberal numa ordem patrimonialista”. *Revista USP*. São Paulo, nº 17, pp. 14-29.

_____ (1996). *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. v 1. 10ª ed. São Paulo: Globo.

_____ (2000). *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. v 2. 15ª ed. São Paulo: Globo.

LAZZARINI, Sérgio G. (2011). *Capitalismo de Laços: Os donos do Brasil e suas conexões*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier.

ORWELL, George (2007). *A Revolução dos Bichos: um conto de fadas*. 25ª ed. Trad. de Heitor Aquino Ferreira. São Paulo: Companhia das letras.

PAIM, Antônio (2014). *Momentos Decisivos da História do Brasil*. 2ª ed. Campinas: VIDE Editorial.

PAIM, Antônio, et al. (2015). *O Patrimonialismo Brasileiro em Foco*. 1ª ed. Campinas: VIDE Editorial.

SILVEIRA, Daniel Barile da (2006). *Patrimonialismo e a formação do Estado Brasileiro: uma releitura do pensamento de Sergio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Oliveira Vianna*. CONPEDI-Conselho Nacional de Pós-graduação em Direito. v.1. pp. 203-223.

SOUZA, Jessé (2000). *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. 1ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

VIANNA, Oliveira (1999). *Instituições políticas brasileiras*. 2ª ed. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal. (Coleção biblioteca básica brasileira)

_____ (2005). *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. (Edições do Senado Federal)

WEBER, Max (1999). *A objetividade do conhecimento nas ciências sociais*. In: COHN, Gabriel (Org.). FERNANDES, Florestan (Coord.). *Weber – Sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13. São Paulo: Ática, p. 79-127.

_____ (1999). *Economia e Sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva*. v.2. Brasília: UnB.

_____ (2011). *Ciência e Política: duas vocações*. Trad. de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 18ª ed. São Paulo: Cultrix.